

90  
pt

Quarto Termo Aditivo ao Convênio firmado entre o Município de Belo Horizonte, por intermédio da Secretaria Municipal Adjunta de Gestão Administrativa, e a PBH Ativos S.A  
Processo: 01.011366.13.10

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO  
REGISTRADO  
MTO nº 166

138 22/12/2014  
Vênica BM 84740-6

O MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, por intermédio da Secretaria Municipal Adjunta de Gestão Administrativa, estabelecido na Rua Espírito Santo, nº 605, Centro, Belo Horizonte/MG, com a presença da Procuradoria Geral do Município e da Secretaria Municipal de Finanças, e a PBH ATIVOS S.A, sociedade de economia mista, autorizada criação pela Lei Municipal 10.003/10, estabelecida na Avenida Otacílio Negrão de Lima, nº 16.950, Bairro Pampulha, CEP 31365-450, CNPJ/MF nº 13.593.766/0001-79, NIRE 31300097081, Inscrição Municipal 288.925/001-0, neste ato representado por seu Diretor Presidente, celebram o presente Termo Aditivo.

#### Cláusula Primeira – Da Prorrogação

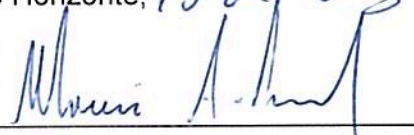
Fica prorrogado o Convênio de cooperação técnica celebrado entre o Município de Belo Horizonte, por intermédio da Secretaria Municipal Adjunta de Gestão Administrativa, e a PBH ATIVOS S.A, por mais 06 (seis) meses, a contar de 01 de janeiro de 2015.

#### Cláusula Segunda – Da ratificação

Permanecem ratificadas e inalteradas as demais condições e cláusulas do convênio original, celebrado em 17 de janeiro de 2013, e dos Termos Aditivos não modificadas pelo presente instrumento.

E, por estarem de acordo, as partes firmam o presente aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Belo Horizonte, 19 de dezembro de 2014.



Marcio Araujo de Lacerda

Prefeito Municipal de Belo Horizonte



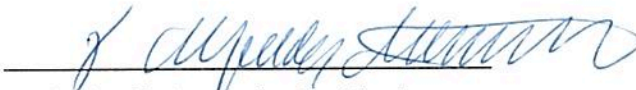
Hércules Guerra - BM 35.250-4  
Procurador Geral Adjunto do  
Município de Belo Horizonte




Marcelo Piancastelli de Siqueira  
Secretário Municipal de Finanças

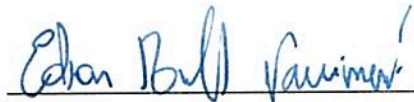
91  
H

Quarto Termo Aditivo ao Convênio firmado entre  
o Município de Belo Horizonte, por intermédio da  
Secretaria Municipal Adjunta de Gestão  
Administrativa, e a PBH Ativos S.A  
Processo: 01.011366.13.10

  
Hipérides Dutra de Araújo Ateniense  
Secretário Municipal Adjunto de Gestão Administrativa

\_\_\_\_\_  
Rússel Beltrame Rocha  
Procurador Geral do Município

  
Hércules Guerra - BM 35.250-4  
Procurador Geral Adjunto do  
Município de Belo Horizonte

  
Edson Ronaldo Nascimento  
Diretor Presidente PBH ATIVOS S.A





96  
ft

Processo nº. 01.011366.13.10

Assunto: Análise do Quarto Termo Aditivo ao Convênio de cooperação técnica

Interessado: Município de Belo Horizonte

**EMENTA:**

**CONVÊNIO – COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O  
MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE E A PBH  
ATIVOS S/A – QUARTO TERMO ADITIVO –  
PRORROGAÇÃO – POSSIBILIDADE**

Senhor Procurador Geral do Município,

**I - RELATÓRIO**

A Diretoria da PBH ATIVOS S/A encaminha-nos para análise e parecer, as três vias da minuta do Quarto Termo Aditivo ao convênio de cooperação técnica celebrado entre o Município de Belo Horizonte, por intermédio da Secretaria Municipal Adjunta de Gestão Administrativa, e a referida entidade.

A finalidade do Quarto Termo Aditivo é a prorrogação do convênio, pelo período de 06 (seis) meses.

O processo encontra-se instruído com os seguintes documentos, dentre outros:

- Solicitação da PBH Ativos para a prorrogação do Convênio, com a devida autorização do Secretário Municipal Adjunto de Gestão Administrativa, às fls. 89;
- As 03 (três) vias da minuta do Quarto Termo Aditivo, às fls. 90/95.

Este é o relatório em apertada síntese.

**II - FUNDAMENTAÇÃO**

Com base nos dados constantes do processo administrativo em análise e nas informações fornecidas pela PBH Ativos S/A, passamos a manifestar.

ft



A Constituição da República Federativa do Brasil incentiva, de forma genérica, em seu artigo 241, a hipótese de celebração de convênio entre os entes da federação:

*"Art. 241. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disciplinarão por meio de lei os consórcios públicos e os convênios de cooperação entre os entes federados, autorizando a gestão associada de serviços públicos, bem como a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos."*

As regras gerais para a celebração de convênios entre os entes federados encontram-se elencadas na Lei Geral de Licitações e Contratos, em especial no artigo 116.

No âmbito local, o Município disciplinou a matéria nos artigos 68 e seguintes do Decreto nº. 10.710/01 em compatibilidade com a Lei nº. 8.666/93.

Tanto a Lei nº. 8.666/93, quanto o Decreto nº. 10.710/01, determinam, de modo especial, regras de situações em que há repasses de recursos financeiros.

No caso em tela, não haverá repasse de recursos financeiros entre os convenientes e nem de terceiros, o que condiciona o convênio somente às obrigações de natureza contratual, naquilo que couber, conforme o art. 116, *caput* da Lei nº. 8.666/93. Haverá, por parte da PBH Ativos S/A ao Município, o reembolso das despesas que porventura ocorram quando da utilização da dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Finanças para atender estruturação daquela entidade, através de contratos de serviços e fornecimento do Município, o que não caracteriza repasse de recursos financeiros.

No entendimento do doutrinador Marçal Justen Filho, *"os convênios deverão ser estabelecidos obrigatoriamente por escrito, com prazos de vigência e cláusulas que atendam às determinações legais."*<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Justen Filho, Marçal: Comentários à lei de licitações e contratos administrativos – 12. ed. – São Paulo: Dialética, 2008. P. 872





98  
ft

No presente caso, a prorrogação visa manter a cooperação técnica entre os partícipes para elaboração, acompanhamento, gestão e execução de procedimentos licitatórios, inclusive dispensas e inexigibilidades, bem como atividades técnicas e administrativas necessárias ao adequado desenvolvimento das licitações e contratações a serem realizadas com vistas a estruturar a PBH Ativos S/A, conforme justificativa às fls. 32 referente ao Primeiro termo Aditivo, que também se aplica para a formalização do Quarto Termo Aditivo em análise:

*Considerando que a criação da PBH Ativos tem como objeto social auxiliar o Município na captação de recursos financeiros e fomentar receita municipal, por meio da titulação, administração e exploração econômica dos bens da Administração Municipal.*

*Considerando que até o presente momento, a companhia vem sendo administrada por um conselho de Administração, por seu Diretor-Presidente, que atualmente integra o conselho e um diretor Executivo para cuidar das medidas de implementação das decisões tomadas.*

*Considerando que a empresa não possui estrutura administrativa, nem corpo próprio de empregados e gerentes, em razão do volume de negócios e operações já realizados;*

*Considerando que o convênio referenciado de cooperação técnica para elaboração, acompanhamento, gestão e execução de procedimentos licitatórios, inclusive dispensas e inexigibilidade, bem como atividades técnicas e administrativas necessárias ao adequado desenvolvimento das licitações e contratações a serem realizadas vencerá em 29 de março de 2013;*

*A PBH Ativos, à vista das considerações, solicita a renovação do convênio de cooperação técnica conforme cláusula terceira do referido convênio."*

Acrescente-se a esta justificativa os motivos apresentados pela PBH Ativos S/A para prorrogação do convênio, às fls. 89, com a devida autorização da Secretaria Municipal Adjunta de Gestão Administrativa:

*"Vimos solicitar de Vossa Senhoria autorização para a prorrogação por mais 6 (seis) meses do Termo de Convênio de cooperação técnica entre esta empresa e a SMAGEA, conforme anexo, em vigor até 1º de dezembro de 2.014, dando continuidade às atividades da empresa."*



99  
H

Sendo assim, existindo a intenção de conjugação de esforços para que se mantenha o apoio administrativo para a realização de procedimentos licitatórios e contratação de bens e serviços para atender as necessidades da PBH Ativos S/A, nada obsta que o convênio tenha sua vigência prorrogada.

Neste sentido, vale trazer a decisão do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais:

**"Convênio – prazo de duração**

**TCE/MG sumulou:** "Não se aplica ao convênio firmado entre entidades de direito público o limite de prazo máximo de 5 (cinco) anos a que se refere o art. 777, do regulamento Geral de Contabilidade Pública, pois instrumentos dessa natureza tem vigência por todo o período necessário à execução de seu objeto."

Fonte: Súmula nº 67, Revista Tribunal de Contas do Estado. Vv. III, p. 1 a 108, dez, 2000."

Tem-se, portanto, que o processado em exame atende aos princípios e normas da legislação pertinente.

Por fim, conclui-se que o feito encontra-se devidamente instruído.


### **III - CONCLUSÃO**

Diante do exposto, manifestamos pela possibilidade de assinatura do Quarto Termo Aditivo ao convênio de cooperação técnica celebrado entre o Município de Belo Horizonte, por intermédio da Secretaria Municipal Adjunta de Gestão Administrativa e a PBH Ativos S/A, cujo fim é a prorrogação do convênio, pelo período de 06 (seis) meses, por estar em conformidade com todos os diplomas legais pertinentes.

Este é o parecer, salvo melhor juízo.

Belo Horizonte, 03 de dezembro de 2014.

  
**Petrônio Luiz de Almeida**  
**Assessor Jurídico - BM 34017-4**

  
Hércules Guerra - BM 35.250-4  
Procurador Geral Adjunto do  
Município de Belo Horizonte